

Agente penitenciária: uma vigia de fronteiras

Adriana Rezende Faria Taets

(Graduada em Ciências Sociais pela FFLCH/USP; integrante do Nadir/USP)

A história das prisões sempre foi marcada por conflitos, desde o início do seu projeto, no século XVIII. Quando o horror do suplício foi transferido para o enclausuramento disciplinar, a prisão já revelava seus paradoxos: uma instituição criada para controlar o crime através da disciplina dos corpos mas que na prática realizava um recorte da delinquência na sociedade, construindo assim a própria criminalidade que buscava combater. Mesmo diante do seu fracasso em conter o crime, o projeto prosseguiu. Na última década, o estado de São Paulo verificou um aumento brutal do número de presos, segundo dados do Depen¹, em 2000, eram cerca de 92 mil presos e em 2007 o número alcançou a casa dos 141 mil internos, sendo o encarceramento em massa parte da política de combate à criminalidade. No entanto, mesmo que esse aumento do número de presos tenha tido algum impacto na criminalidade², suas consequências na dinâmica prisional podem ser sentidas a partir das rebeliões prisionais que ocorreram na última década, modificando completamente a realidade não apenas prisional, mas também a dos setores envolvidos de alguma forma com o sistema penitenciário.

Ao analisar a história dos presídios brasileiros nos últimos 50 anos, Salla (2006) percebe que as rebeliões revelam uma denúncia às péssimas condições dos presídios e à baixa capacidade do Estado de controlar as dinâmicas prisionais, permitindo assim o surgimento de grupos criminosos que passam a impor uma ordem própria dentro dos presídios, determinando sua dinâmica. Para compreender essa história, Salla busca dialogar com alguns autores norte americanos que também voltaram-se para a reflexão sobre as rebeliões nos presídios dos Estados Unidos, entre eles, Sykes, Useem e Kimball.

Para Sykes, o desequilíbrio no sistema de relações de poder entre o grupo dirigente e os presos era o responsável por movimentações que poderiam causar rebeliões. Para ele, o grupo

1 www.mj.gov.br/depen

2 Ainda não foi produzido nenhum estudo sobre as razões que levaram à queda de 70% do número de homicídios no estado de São Paulo a partir de 2000. Há um consenso entre pesquisadores de que a queda é multicausal. No entanto, alguns elementos têm sido levantados como possíveis causas, entre eles, estão a modernização da gestão das polícias paulistas, o estatuto de desarmamento, a presença da sociedade civil organizada em áreas conflagradas, o envelhecimento da população, ou seja, diminuição da população jovem, e também o aumento do número de presos. Ver FERREIRA, Sinésio, LIMA, Renato Sérgio de, BESSA, Vagner (2009).

dirigente detém teoricamente todo o controle e regula todas as regras, no entanto, o cotidiano prisional é marcado pela negociação constante entre os dois grupos, havendo sempre uma concessão de poder por parte dos dirigentes aos presos. Com isso, a partilha de poder pode manter-se equilibrada, no entanto, os movimentos de acomodação entre os dois grupos pode levar a momentos de tensão que culminarão em rebeliões. Para Sykes, as rebeliões nada mais seriam que uma crise aguda na distribuição de poder, um aprofundamento das tensões que provocam uma recomposição nas relações de poder interna. Salla chama a atenção para o fato de que para Sykes, as relações de poder dentro do presídio estão fechadas no sistema, Sykes vê a prisão como uma estrutura de poder fechada em si mesma, e as limitações dessa análise ficaram mais claras a partir do momento em que as rebeliões nos EUA passaram a ter uma conexão forte com os movimentos pelos direitos civis.

Useem e Kimball (1987) propõem a hipótese a partir da qual as rebeliões são explicadas pelos laços de identidade que se constroem entre os presos, considerando assim a importância dos aspectos psicológicos tanto quanto os aspectos estruturais, sendo que as variações nas formas das rebeliões seriam então uma articulação entre esses dois eixos: o fator psicológico seria a variável independente que explicaria alguns aspectos como a intensidade, a violência e o comportamento dos revoltosos em uma rebelião.

A partir dos pontos levantados por esses autores, Salla chama a atenção para o caráter de recomposição do poder que ocorre entre os presos e seus custodiadores no momento das rebeliões, no entanto, destaca que as rebeliões brasileiras não necessariamente pactuam do elemento de reivindicação que os autores americanos levantaram. Segundo Salla, “são movimentos que reorganizam o poder entre os grupos criminosos presentes na massa carcerária e sobre os quais a administração tem um controle bastante limitado” (2006, p. 287), o que traz um elemento novo para a reflexão sobre as rebeliões prisionais, a partir da experiência brasileira, ou seja, o caráter de disputa entre o grupo dos internos e o grupo dirigente é deixado de lado a partir do momento em que o Estado se retira, concedendo aos internos poder suficiente para controlarem as relações que se dão entre si. Salla argumenta que a falta de recursos do Estado para oferecer assistência aos presos levou com que esses criassem redes de solidariedade dentro dos presídios, o que possibilitou o crescimento de uma organização interna, que pouco a pouco foi ganhando poder. O que a princípio poderia ser apenas uma identidade genérica dos presos contra a administração, tornou-se então a atuação de um grupo de criminosos “que promove uma forte identidade e fidelidade de seus integrantes e que soluciona as dissidências e disputas por meio de rebeliões, e, em geral, de mortes de integrantes do grupo rival”(2006, p.288).

Segundo Salla, o mapeamento das rebeliões nas prisões brasileiras pode ser visto por meio da criminalização da miséria num momento de desmonte do estado de bem-estar e surgimento do estado penal. O primeiro período de rebeliões acontece até 1980, e são marcadas por reivindicações contra a precariedade das prisões. Um segundo momento vai de 1980 até 1992, ano em que aconteceu o massacre do Carandiru, período marcado pela transição democrática e uma tentativa de humanização dos presídios, seguida de perto por uma forte reação contrária da sociedade. Por fim, o período que se inicia após o massacre, e ainda está vigente, é marcado pela omissão do Estado e pelo surgimento de grupos criminosos que atuam dentro dos presídios.

Na transição do segundo período para o terceiro, é importante destacar que as mortes nas rebeliões deixaram de ser consequência da violência policial ao tentar conter o motim, e passou a ocorrer por acertos de contas entre os próprios presos, marcando assim uma retirada do Estado do conflito interno. Salla destaca como a dinâmica prisional brasileira atual é completamente tomada pelos próprios presos, sendo que eles mesmos decidem as regras e o funcionamento das prisões, o Estado passa então a negociar a paz interna aos presídios pelo viés da ausência, da convivência. Esse equilíbrio entre o Estado ausente e o grupo interno é frágil, e movimentações contrárias à paz negociada podem causar rupturas, mas essa paz é garantida pelo poder concedido ao grupo interno pelo Estado.

A retirada do Estado das questões internas que envolvem a paz nos presídios apresenta-se como um momento dramático: a entrega do poder aos grupos criminosos que surgiram não é acompanhada por uma retirada completa do Estado, que mantém no palco seus agentes, mas esses não atuam mais da mesma maneira. Este ator continua interagindo dentro do mundo prisional, já que permanece sendo o responsável legal por aqueles que estão internados ali, mas a sua atuação volta-se agora para um atitude de convivência com as leis e dinâmica dos grupos criminosos. Nesse novo cenário, qual é o papel desenvolvido pelos seus agentes?

Os agentes prisionais, em um momento de ruptura do poder do Estado dentro do mundo prisional, permanecem como agentes de poder, ou são apenas representação de um poder que não existe mais? Se o Estado se retira, por que mantém ali seus representantes? São eles o personagem cômico desse drama, encenando para o Estado e para o mundo prisional um poder que não existe mais?

O desenvolvimento de grupos criminosos dentro dos presídios tem levantado interesse de diversos pesquisadores para o tema, muitas pesquisas têm sido realizadas na tentativa de compreender a dinâmica prisional a partir do surgimento desses grupos, o interesse pelo cárcere tem possibilitado uma maior compreensão das dinâmicas da punição e do crime. O trabalho

proposto pretende se inserir nessa temática, de maneira a contribuir com um aspecto ainda pouco explorado pela academia, voltando-se para o agente penitenciário como um ator privilegiado dentro do sistema prisional.

“O agente é apenas um número”

O Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de São Paulo reúne boa parcela dos agentes penitenciários do estado de São Paulo, e procura representar a categoria frente ao governo. O presidente do sindicato – também ele um agente – tem uma resposta fácil para a pergunta “quem é o agente penitenciário?”, segundo ele, “para a sociedade, o agente é ladrão; para o ladrão, o agente é polícia; para o Estado, o agente é apenas um número”. Resposta fácil e rápida que nos coloca diante de questões bastante complexas. O agente penitenciário é um cidadão, faz parte da sociedade, possui direitos, mas passa a maior parte do seu tempo dentro dos muros da cadeia, dividindo seu cotidiano com aqueles que perderam alguns de seus direitos. De dentro desses muros, o agente é visto como um cidadão de direito, como pessoa livre, como agente do Estado, como “polícia”; de fora, ele é visto como suspeito de ter sofrido contágio³ por aqueles com os quais trabalha diariamente, tendo seu status de cidadão de direitos abalado, talvez porque mais se pareça com um ladrão do que com um cidadão; legalmente, ele é representante do Estado, no entanto, é visto como apenas mais um na lista interminável de funcionários públicos contratados pelo Estado para manter a máquina estatal em funcionamento. A resposta fácil do presidente do sindicato nos coloca a difícil questão de como classificar esse personagem, que transita entre mundos diferentes, sofrendo a cada entrada e saída dos presídios uma mudança radical de status.

O Sindicato busca, além de representar a categoria frente ao poder público, oferecer assistência aos agentes. Em um contexto político em que o Estado se retira do cenário prisional, dando maior poder e espaço para os grupos criminosos controlarem a sua dinâmica, o agente se despe do poder do Estado, e passa a ser apenas mais um número. Nesse momento dramático em que o Estado se retira mantendo ali alguns de seus representantes, o status desses representantes muda, já que agora eles passam a figurar como mais um ator no jogo de forças que se dá no meio prisional, agora representando apenas a si mesmos. Essa disputa de forças entre o Estado que se retira e o agente que permanece pode ser percebida por meio dos relatos de ações grevistas por

3 Em trabalho realizado junto aos agentes penitenciários do estado do Paraná, Pedro Bodê (2005) demonstra que essas personagens sofrem constantemente o risco de contágio, por dividirem o seu cotidiano com os presos. Ele demonstra o quanto os agentes sofrem de síndromes parecidas com aquelas sofridas pelo preso, como a síndrome do emparedamento, ou síndrome do pânico.

parte dos agentes: longe de ser uma paralisação total das atividades, ou uma recusa total ao trabalho, a greve dos agentes penitenciários possui características muito específicas, e exatamente por isso ela não pode durar muito mais do que 24 horas. Em momento de greve, o mote dos grevistas é “saúde, liberdade e segurança”. Isso significa que os serviços de saúde e alimentação não irão parar, assim como aqueles que garantem a segurança interna dos presos. Liberdade aqui significa que os pedidos de libertação serão respeitados, ou seja, todos aqueles que tiverem permissão para sair dos presídios poderão fazê-lo. Todo o resto pára. E esse “resto” é exclusivamente a entrada de qualquer pessoa no presídio. Não entram advogados, não entra a polícia, não entram novos presos, não entra a família em dia de visita. Isso causa problemas até na garantia de libertação, pois se um presidiário precisar ser transferido, o presídio em greve irá liberá-lo, no entanto, se a unidade a que for destinado também estiver em greve, ele será impedido de entrar.

A greve revela-se assim como um momento de tensão em que as forças de um jogo em transição entram em forte conflito, e nesse momento, o agente, personagem esquecido, revela o seu poder: poder ambíguo, poder vindo das margens, poder que corta a comunicação, poder que impede o trânsito, poder que interrompe o fluxo, poder que revela a identidade do próprio ator. Por meio da observação desse tipo de drama, podemos encontrar pistas sobre a essência desse personagem, que é marcado por forte liminaridade.

Os agentes são personagens que assombram os dois mundos os quais fazem a ligação. Como os chefes peles de leopardo dos núeres⁴, eles podem ser vistos como personagens liminares que protegem os homicidas para que estes não sofram a vingança pela família da vítima, e têm a obrigação de dar a eles abrigo e realizar sacrifícios para que as relações sociais sejam retomadas, é um mediador agindo em favor da sociedade, sem estar vinculado a nenhum segmento político.

Dawsey⁵, ao analisar o conceito de liminóide criado por Turner, chama atenção para o caráter de fragmentação que os grupos e esferas de trabalho assumem nas sociedades industrializadas. Um grupo liminar de uma sociedade mecânica tende a emergir de uma experiência coletiva, e o fenômeno liminar integra-se de forma central no processo social total. Fenômenos liminóides, típicos das sociedades industrializadas, desenvolvem-se às margens dos processos centrais, e apresentam-se como produtos individuais, embora seus efeitos possam ser coletivos. Dawsey assinala ainda algumas diferenças entre os fenômenos liminares e liminóides:

4 Evans-Pritchard, Os Nuers, Perspectiva, 1999.

5 In Cadernos de Campo, 2005.

os primeiros tendem a ter características coletivas e revitalizam as estruturas sociais, de forma a contribuir com o bom funcionamento dos sistemas e diminuir as tensões; os outros tendem a características idiossincráticas, associadas a indivíduos, sendo que as dimensões pessoais e psicológicas dos símbolos assumem importância maior do que as dimensões objetivas.

A experiência cotidiana dos agentes penitenciários, esses atores responsáveis por dar abrigo aos presos, fazendo a mediação em favor da sociedade, pode ser vista como um transitar contínuo entre dois mundos proibidos, uma trajetória que nunca é completada, assim que chegam ao mundo externo às prisões, logo se preparam para voltar a ele. O momento mais dramático dessa trajetória se revela nas manifestações de greve, em que esses atores impõem seu poder liminar. Essa situação, no entanto, marcada por forte tensão, tem como consequência final o fortalecimento da estrutura social, não causando mudanças significativas no jogo e na disputa de poder. Dessa forma, a experiência coletiva dos agentes penitenciários e penitenciárias pode ser vista como uma experiência liminar, no entanto, ao analisarmos as experiências próprias das agentes penitenciárias, atoras que se revelam como um fragmento na experiência da categoria de agente penitenciário, o conceito de liminóide revela-se mais funcional, já que se trata de experiências idiossincráticas dentro de um coletivo fragmentado, onde a experiência individual irá assumir características subjetivas no cruzamento diário das fronteiras entre o mundo dos presídios e o mundo externo a ele.

Personagem ambíguo que se encontra nas margens da sociedade, o agente penitenciário, segundo a fala do presidente do sindicato, é esquecido por todos, inclusive pelo Estado, por ter de lidar cotidianamente com o “lixo humano” que a própria sociedade produz. Se o agente penitenciário é esse personagem distante, à margem, a agente penitenciária encontra-se ainda mais à margem, por lidar com material humano ainda mais indesejável. Em todos os presídios, tanto femininos quanto masculinos, existem agentes penitenciários de ambos os sexos, no entanto, o recorte de gênero dos internos determina a quantidade de agentes de cada sexo que vão atuar dentro de determinado presídio. Assim, nos presídios femininos há a predominância de agentes mulheres. E são nesses presídios que a violência é maior. As discussões que acontecem dentro da academia aproximam-se muito da explicação dada pelos agentes para a razão pela qual os presídios femininos são muito mais violentos que os masculinos: o homem preso recebe apoio da família, não perde mulher, esposa ou filhos, já a presa mulher é esquecida por todos, raramente recebe visitas, é rejeitada pela própria família, muitas vezes pela mãe. Esse cenário de abandono marca a realidade do cotidiano prisional feminino. Segundo informações do sindicato, as queixas feitas por agentes penitenciárias de agressões sofridas no presídio são três vezes maior

que as sofridas pelos agentes masculinos, apesar do contingente de funcionários masculinos ser quase dez vezes maior que o feminino.

Se o agente penitenciário é visto pela sociedade como ladrão, pelos presos como polícia e pelo Estado como um número, a experiência vivida pela agente feminina certamente recebe ainda outra conotação: se a mulher presa é vista como aquela que transgrediu o próprio status de ser mulher, o risco de contágio faz com que as agentes penitenciárias também estejam sujeitas a perder o status de mulher.

Para compreender a experiência das agentes penitenciárias, proponho a análise da trajetória dessas mulheres no caminho que percorrem cotidianamente entre a sociedade e os presídios. Caminho social muito mais que espaço físico, a trajetória dessas mulheres revela um importante meio de comunicação entre a sociedade e uma instituição que mesmo que não possa ser considerada “total”⁶, por se extremamente porosa, é marcada pela exclusão e pela segregação espacial.

As agentes penitenciárias paulistanas cruzam cotidianamente as fronteiras que separam o sistema penitenciário da sociedade na qual se insere. Nos dias de trabalho – normalmente com escalas de serviços de 12 horas de trabalho e 36 de folga – elas ficam submersas no mundo prisional, algumas delas em contato direto com as presas, outras com funções administrativas, mas todas elas entram e saem cotidianamente das prisões. Nos dias de folga, algumas delas continuam trabalhando no mundo da segurança, fazendo bicos como vigias particulares, ou desenvolvendo outros tipos de atividade. Todas elas, no entanto, estabelecem, de alguma forma, algum contato com o mundo externo: possuem vínculos, família, vão a festas, participam de grupos religiosos, etc.

Goffman⁷ chama a atenção para a dificuldade e os problemas de cruzar fronteiras entre regiões opostas ao analisar as representações de atores específicos nas regiões “de fachada” e regiões “dos fundos”⁸, transpondo o conceito dramaturgico para a análise de instituições existentes em nossa sociedade. A partir disso, este autor busca compreender as representações

6 O conceito de Goffmann de instituição total, usado para caracterizar aquelas instituições marcadas pelo fechamento total em relação à sociedade – falta de comunicação completa – tem sido muito criticada pelos estudiosos da prisão, já que a realidade prisional brasileira é marcada por forte comunicação entre os presidiários e suas famílias e amigos, através de celulares, possibilitada muitas vezes pela convivência da própria administração. Mesmo que não possa ser utilizado, o conceito criado por Goffmann lança luz aos estudos sobre instituições como o presídio ao estabelecer limites teóricos para o que é uma instituição como essa, e nos possibilita assim avançar.

7 Goffman, E. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. 1999, Petrópolis, Editora Vozes, Cap. III.

8 Goffman define a região de fachada como o lugar onde a representação é executada, lugar onde a platéia está presente. Já a região dos fundos pode ser identificada como os bastidores de um espetáculo, lugar onde os atores podem “relaxar” e deixar de lado, por um instante, o papel representado.

por parte dos indivíduos em situações específicas, como as atitudes de um operário no momento em que trabalha na fábrica e as mudanças necessárias neste comportamento quando o diretor se aproxima, “fingindo” um trabalho, na maioria das vezes, desnecessário; ou ainda, os diversos comportamentos exigidos pela etiqueta no momento em que se transita de um espaço marcado pela intimidade para outro marcado pelo decoro. Para o autor, regiões de fachada e de fundos são complementares, já que a encenação na região de fachada pode ser “modificada”, “treinada” ou até reparada no momento em que os atores encontram-se nos bastidores.

A partir do viés da representação, Goffman chama atenção para a dificuldade de transição entre essas duas regiões, indicando que esses espaços são protegidos do público, já que constituem momentos em que os atores precisam “trocar de máscara” e, muitas vezes, essa transição não acontece de forma instantânea. É o que se dá, por exemplo, quando uma dona de casa recebe visitas e precisa realizar uma constante transição entre a cozinha, espaço íntimo, e a sala, o espaço para os estranhos. Nessa transição, ela deve ser capaz de ocultar das visitas as dificuldades sofridas na cozinha.

Os momentos de transição apresentam-se como excelentes pistas para se apreender “o vestir e o despir do personagem”. Por meio do conceito dramaturgico de Goffman sobre o par posição de fachada e posição de fundos é possível observar as agentes penitenciárias no ciclo completo que realizam ao aproximar-se e depois afastar-se do grupo das apenadas, e perceber a forma como se dá esse vestir e despir do personagem encarregado de disciplinar e ressocializar.

Para que seja possível apreender a experiências das agentes penitenciárias e as construções simbólicas formadas a partir dessa trajetória contínua pelas margens, é preciso apreender não apenas a sua função como vigia, mas também sua experiência como mulher em um mundo marcadamente masculino – mundo marcado pelo uso da força, pela agressividade, pelo racionalismo. Mesmo em presídios femininos, a própria construção do espaço prisional é masculina. Nesses locais, tanto agentes quanto presas são inseridas em um mundo que não lhes é familiar. No entanto, diferentemente das presas, as agentes penitenciárias voltam diariamente ao mundo extra-muros, e ali precisam assumir novamente o seu papel de mãe, de filha, de esposa, de amiga, etc. O vestir e o despir do personagem “agente penitenciária” não conta apenas com uma mudança de status de cidadão comum para vigia de criminosos, mas possui implicações também na experiência de ser mulher feminina em mundos em que a experiência feminina parece ser excludente.

Agentes penitenciários e familiares de presos: segmentos espelhados?

Os agentes penitenciários, e em especial, as agentes penitenciárias, foram tomadas como objeto de pesquisa deste trabalho por apresentarem características importantes no que diz respeito à interligação entre cárcere e sociedade, ao transitarem por lugares marcados pela pequena mobilidade dos presos, sem, no entanto, perderem o seu direito à liberdade, como aconteceu com aqueles que lá foram internados.

O grupo dos agentes penitenciários pode ser visto como um segmento espelhado ao grupo formado pelos familiares dos presos, já que, de maneiras diferentes, ambos transitam entre mundos marcados pela baixa mobilidade dos internos. De acordo com Andréa Bueno Buoro⁹, os familiares dos presos podem ser visto como um “quase-grupo”: pessoas que dividem vivências e estigmas, apesar de nem sempre serem vistos como grupo. Buoro observou os dias de visita, momento em que se encontram enquanto familiares de presos e dividem histórias e vivências. Foi através dessas observações que a autora pôde percebê-los vivenciando a experiência de estigmatização da sociedade contra os presidiários, ora compartilhando-a, ora legitimando-a, o que os colocava em posição ambígua:

“ser familiar de preso constitui-se em uma experiência particular que coloca este conjunto de pessoas em uma condição intermediária entre os 'homens de bem' e os 'contraventores' e 'delinquentes' e, como veremos, uma condição na qual têm que lidar com o estigma existente contra os presos em sua vida cotidiana, não apenas no bairro onde vivem ou no trabalho, mas também em sua relação com as diversas agências de justiça e controle da ordem social e na convivência com as regras (formais e informais) de um estabelecimento penitenciário”(pág. 45).

Tanto agentes penitenciários quanto familiares de presos têm sua origem enquanto personagens do sistema penitenciário na relação com o grupo de detentos, sendo que os familiares realizam ligação entre os presidiários e a sociedade (ligando o mundo do crime com o dos “homens de bem”) privilegiando um intercâmbio afetivo e moral constante com os presos, ao permitir que os mesmos não percam seus vínculos emocionais e morais com o mundo externo ao presídio; e os agentes exercem a ligação do presidiário com o sistema de justiça criminal, com as regras estabelecidas pelo sistema penitenciário, com o mundo da lei, sendo os responsáveis por projetos que visam a ressocialização. Os dois grupos (agentes penitenciários e familiares de

9 BUORO, Andréa Bueno. Negociando a Dignidade Humana: os familiares dos presos e a percepção de Direitos Humanos. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, 1998.

presos) estão em contato direto com os presidiários e se ligam a eles com funções diferenciadas, mas ambos criam pontes a partir da sua experiência diária: o estigma como familiar de preso ou como o personagem responsável por vigiar e ressocializar os detentos, ambos ocupam posições fronteiriças e experimentam o desconforto de cruzar constantemente a fronteira intra e extra-muros.

No entanto, o próprio grupo dos agentes penitenciários apresenta fragmentações. Devido às características do sistema prisional brasileiro, que separa os detentos por classificação de sexo, esse grupo é dividido entre agentes masculinos e femininos, que atuam, na enorme maioria dos presídios, de forma separada¹⁰. Assim, as experiências vivenciadas pelos dois grupos não devem ser analisadas como complementares, mas como únicas. Ser agente penitenciária e cruzar cotidianamente a fronteira que separa o mundo das prisões da sociedade em que ela exerce a sua vida social, as suas experiências enquanto cidadã, enquanto parte de um núcleo familiar, e principalmente, enquanto mulher, traz para essa trajetória cotidiana significados próprios de quem muda de status constantemente.

Dois questões principais irão balizar o desenvolvimento desta pesquisa:

A) Enquanto o familiar do preso realiza a comunicação afetiva entre o mundo do presídio e seu mundo exterior, levando para os presos a afetividade, a intimidade, a pessoalidade, as agentes penitenciárias realizam uma comunicação voltada para o mundo formal, transmitindo para as presas as regras sociais, o mundo do trabalho, da individualidade, da lei? O familiar do preso liga o presídio ao mundo externo a partir da pessoalidade e a agente o faz a partir das regras formais?

B) Se as agentes penitenciárias são responsáveis por essa ressocialização voltada para o mundo das regras formais, então a forma como elas realizam a sua trajetória entre o mundo das prisões e o seu exterior é influenciado pela maneira como enxergam o seu papel dentro do universo prisional? A maneira como se identificam frente ao grupo apenado, assim como a forma como se posicionam no mundo externo aos presídios define o tipo de ressocialização que realizarão frente às presas? A percepção das agentes sobre seu papel definirá o tipo de ressocialização que será realizada no presídio, podendo gerar uma ressocialização voltada para a punição, para o banimento, para a exclusão, ou, por outro lado, uma ressocialização voltada para o

10 Existem homens e mulheres agentes trabalhando tanto em presídios femininos quanto em masculinos, no entanto, nos presídios femininos existe uma maioria de mulheres trabalhando, e no masculino, uma maioria de homens. O papel das agentes penitenciárias nos presídios masculinos volta-se principalmente para a revista que deve ser feita nas mulheres que entram nos presídios nos dias de visita, no entanto, elas podem também desempenhar outras funções dentro desses presídios, o que não é muito comum. Nos presídios femininos, as agentes desempenham a maioria das funções, sendo responsáveis por todo o contato com as presas.

cumprimento das regras, para as relações com as instituições?

O uso da história de vida como procedimento metodológico

Para alcançar essa experiência liminóide vivida pelas agentes penitenciárias, e buscar compreender o “vestir e o despir do personagem”, a forma como essa transição é realizada e as consequências para a sua experiência individual, é preciso observar a sua experiência cotidiana. Para isso, a construção de histórias de vida em que se procura verificar o impacto e a influência da cultura nas trajetórias individuais, e assim reconstruir uma trajetória social, parece ser o melhor instrumento metodológico. De acordo com Benedict:

O valor singular das histórias de vida está naquelas frações e material que mostram as repercussões que as experiências de vida de um homem – compartilhadas ou idiossincráticas – têm sobre ele, enquanto ser humano moldado naquele ambiente. Tal informação pode testar uma cultura ao mostrar sua interferência na vida de seus portadores; podemos ver num caso individual, nas palavras de Bradley 'o que é', vendo que assim aconteceu, e deve ter acontecido (Mintz, pag. 45).

Por meio da construção de narrativas das agentes penitenciárias, juntamente com a observação cuidadosa da sua trajetória cotidiana, será possível compreender as relações existentes nesse campo, e dessa maneira apreender o significado da cultura, as construções simbólicas e o seu peso nas trajetórias individuais. Para esta pesquisa, o uso de história de vida apresenta um caráter sensível: ao tentar alcançar a experiência das agentes penitenciárias não posso me despir da minha própria experiência enquanto mulher. Nessa circunstância, o compartilhamento de uma experiência comum, a de ser mulher, tem implicações na relação que se dará entre sujeito que pesquisa, e objeto que é pesquisado, a assimetria entre sujeito e objeto é mediada por essa experiência comum.

O uso da história de vida como instrumento etnográfico deve ser usado como técnica juntamente com a observação do cotidiano e da cultura dos sujeitos pesquisados. Isso implica que não apenas as trajetórias individuais serão observadas e analisadas nessa pesquisa, mas também as relações que se dão entre as agentes nos momentos em que convivem com outros personagens na esfera interior ao mundo das prisões e nas esferas exteriores a ele.

Esse trabalho contará com três etapas, a primeira dela voltada para o levantamento de insumo teórico, baseado principalmente em três autores: Foucault, Victor Turner e Goffmann,

além dos estudos feministas como um todo. Essa etapa volta-se para os estudos da busca pelo poder e as relações de poder; a performance e os movimentos de liminaridade; e por fim, as relações de gênero e suas consequências para as relações sociais. A segunda etapa será voltada para a imersão no campo, no qual se buscará identificar algumas agentes penitenciárias para que se possa trabalhar suas histórias de vida. A porta de entrada para esse universo será o Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de São Paulo, onde ocorrem diversas atividades voltadas para os agentes, e onde é possível conhecer muitos deles fora dos muros da prisão. A partir dessa aproximação, e consequente identificação de informantes, o próximo passo é o acompanhamento das atividades cotidianas das agentes penitenciárias, principalmente quando elas se encontram fora dos muros das prisões, momentos em que elas transitam entre os mundos a que fazem parte, fazendo o caminho entre a prisão e a sua casa.

Se o trajeto realizado é um momento importante para apreender o “vestir e o despir do personagem”, a observação dos destinos finais também se mostra relevante, com isso, o projeto conta com algumas visitas às penitenciárias para que seja possível observar a personagem em cena em um de seus palcos. A permissão para a entrada nos presídios paulistas revela-se como um dos maiores desafios dessa pesquisa, já que a inserção nesse universo precisa ser construída politicamente. A minha atuação como pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública tem me garantido algum acesso a esse tipo de instituição, assim como alguns contatos políticos importantes capazes de indicar caminhos possíveis. Pretendo, na pesquisa, acionar essa rede política sempre que necessário para a negociação para o acesso.

Outro destino final é a observação das agentes nas suas relações familiares. Assim como o acesso aos presídios, a observação desses momentos íntimos revelam-se de enorme dificuldade, pois só podem ser acessados a partir da construção de uma relação de confiança entre pesquisadora e pesquisada. Para tanto, pretendo estar presente nas atividades do sindicato, para que possa reconhecer essas personagens, e ir construindo aos poucos essa relação de confiança, através de uma proximidade cotidiana.

Por fim, a terceira etapa desse projeto contará com a elaboração de uma dissertação em que se pretende analisar as narrativas das agentes penitenciárias sobre suas experiências enquanto agentes e enquanto mulheres. A busca pelas narrativas das agentes é um esforço para compreender a visão que elas têm sobre a experiência de ser agentes penitenciárias e transitar por mundos proibidos, realizando trocas contínuas entre eles, vivenciado, elas próprias, a materialização desse conduto de trocas. Toda a observação feita sobre o cotidiano dessas agentes, tanto dentro quanto fora das prisões, ajudará a alcançar os significados dessas

narrativas, e a forma como elas auxiliam no “vestir e despir do personagem”.

Bibliografia

ADORNO, Sérgio e LAMIN, Cristiane. *Medo, violência e insegurança*. In LIMA, Renato Sergio de, e PAULA, Liana de, **Segurança Pública e Violência**, orgs. São Paulo, 2006. Editora Contexto

BOURDIEU, Pierre, O Poder Simbólico, *Sobre o poder simbólico; Introdução a uma sociologia reflexiva; A gênese dos conceitos de habitus e de campus*, Rio de Janeiro, 2004, Bertrand Brasil.

BUORO, Andréa Bueno. Negociando a Dignidade Humana: os familiares dos presos e a percepção de Direitos Humanos. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, 1998.

CALDEIRA, Teresa. Cidade de Muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, 2000, Editora 34.

CARVALHO, Salo de. A Política Criminal de Drogas no Brasil. Porto Alegre, 1996, LUAM.

CHIES, Luiz Antônio Bogo, (coordenador). A prisionalização do agente penitenciário: um estudo sobre encarcerados sem pena, Cadernos de Direito, Universidade Católica de Pelotas – Escola de Direito, Pelotas, 2001, EDUCAT.

DA MATTA, R. Carnavais, malandros e heróis, Rio de Janeiro, 1997, Rocco.

_____, A casa e a rua, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, Rocco.

DAWSEY, J. “O teatro dos 'bóias-frias': repensando a antropologia da performance”, in **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n.24, p. 15-34, jul./dez. 2005.

_____, De que riem os "bóias-frias"? : Walter Benjamin e o teatro épico de Brecht em carrocerias de caminhões. Tese de Livre Docência apresentada ao Departamento de Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1999.

_____, Victor Turner e a Antropologia da Experiência. **Cadernos de Campo**, n. 13, 2005. USP.

EVANS-PRITCHARD, Os Nuers, Perspectiva, 1999.

FERREIRA, Sinésio, LIMA, Renato Sérgio de, BESSA, Vagner. Criminalidade violenta e homicídios em São Paulo: fatores explicativos e movimentos recentes. **Coleção Segurança com**

Cidadania, Brasília, UFRGS Editora, n.3, ano 1, 2009.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*, Petrópolis, 1997, Editora Vozes.

GOFFMAN, E. *Manicômios, Conventos e Prisões*. 7a Edição, São Paulo, 2005, Perspectiva.

_____, *A representação do eu na vida cotidiana, Regiões e Comportamento Regional*, cap. III, Petrópolis, 1999, Editora Vozes.

HARAWAY, Donna: "'Gênero' para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra", **Cadernos Pagu**, 22, 2004

HIKIJ, Rose Satiko Gitirana. *A música e o risco*, São Paulo, 2006, Edusp.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Estruturas Elementares do Parentesco*, Petrópolis, Vozes, 1982.

MACAULAY, Fiona. *Prisões e Política Carcerária*. In LIMA, Renato Sérgio de, e PAULA, Liana de, **Segurança Pública e Violência**, orgs. São Paulo, 2006. Editora Contexto.

MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1999.

MINTZ, Sidney W., *Encontrando Taso, me descobrindo*. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 27, n. 1, 1984, p. 45 a 58.

MORAES, Rodolfo Bodê de. *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*, São Paulo, 2005. IBCCRIM.

ROSALDO, Michelle. "O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural". **Horizontes Antropológicos**, ano 1, n.1, 1995.

RUBIN, Gayle: "El Tráfico de Mujeres: notas sobre la "economía política" del sexo", *Nueva Antropología*, Vol. VIII, n. 30, México, 1986 (original em inglês, há tradução para o português não publicada)

SALLA, Fernando. *As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira*, in **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, pag. 274-307

_____. *De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias de São Paulo*. In **Revista Brasileira de Segurança Pública**, Ano 1, Edição 1, 2007, pág. 72 a 90.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Controlando o poder de matar, uma leitura antropológica do Tribunal do Júri – ritual lúdico e teatralizado*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da FFLCH/USP, São Paulo, 2001.

TURNER, Victor. *O Processo Ritual, estrutura e antiestrutura, Liminalidade e "Communitas" e A "Communitas". Modelo e Processo*. Petrópolis, 1974, Editora Vozes.

_____, *From ritual to theatre : the human seriousness of play*, New York : PAJ Publications, 1982.